

## **Republica Federativa do Brasil**

---

### **Projeto de Articulação e diálogo sobre políticas para reduzir a pobreza e desigualdade no Nordeste Semiárido – Projeto Dom Helder Câmara (segunda fase)**

#### **Relatório de supervisão**

#### **Relatório principal y apêndices**

Datas da Missão: 5-8 dezembro 2016  
Data do documento: Dezembro 2016  
N.º do projecto: 1620-BR  
N.º do relatório: 4359-BR

Divisão da América Latina e Caribe  
Departamento de Administração de Programas

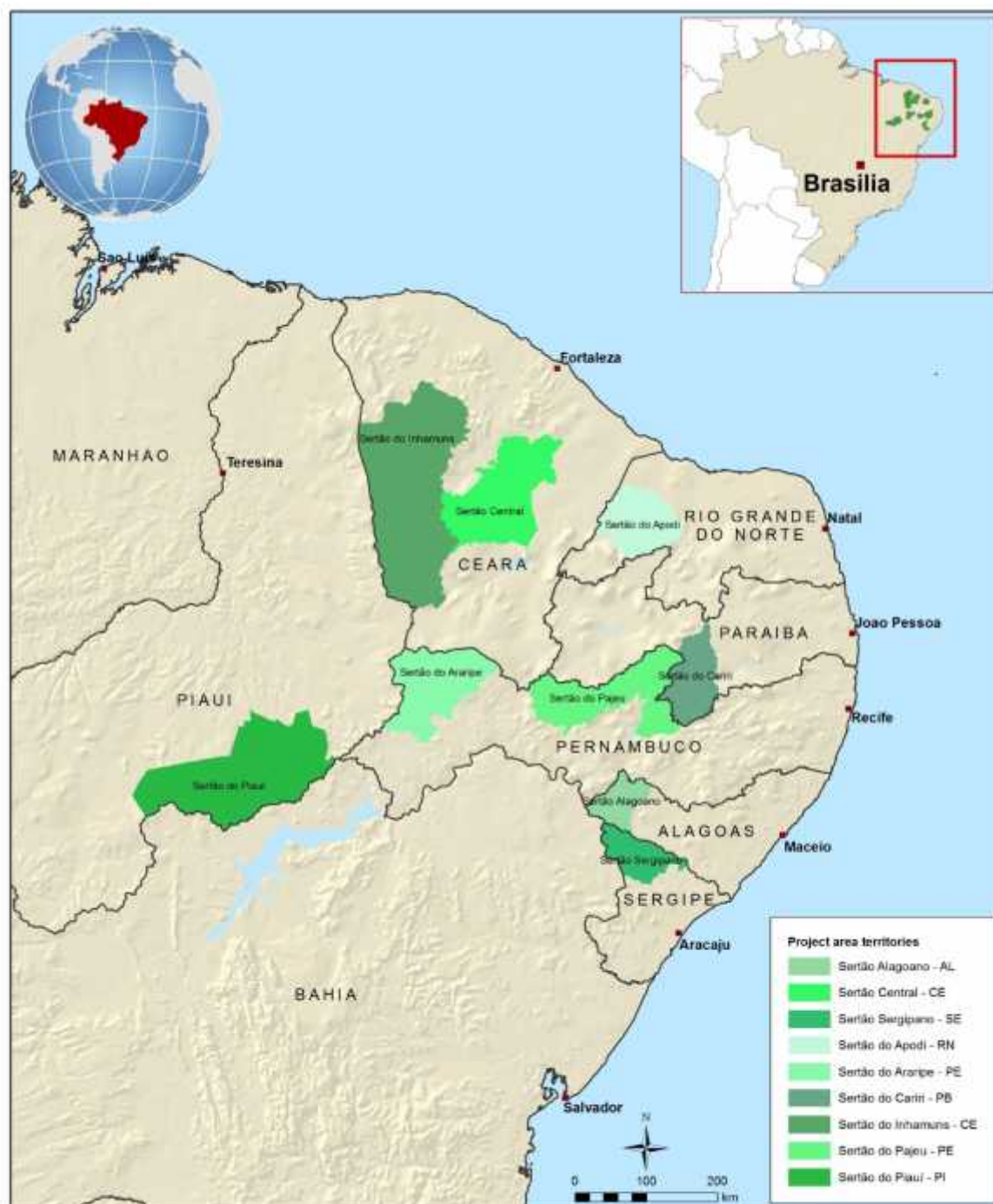
## Índice

<b>Acrónimos y siglas</b>	ii
<b>Mapa da área do projeto</b>	iii
<b>Memorando</b>	1
Apêndice 1: Resumen del estado del proyecto y ratings	7
Apêndice 2: Marco lógico - dados de identificação do programa	10
Apêndice 3: Progresos físicos medidos respecto del POA, con inclusión de los indicadores del RIMS	15
Apêndice 4: Aspectos financeiros	18
Adjunto 1 – Sinopsis de la evaluación del riesgo fiduciario de los programas	20
Adjunto 2 – Evaluación de la gestión financiera durante la supervisión	21

## Acrónimos y siglas

ATER	Technical Assistance and Rural Extension
INCRA	National Institute for Colonization and Agrarian Reform
MDA	Ministry of Agrarian Development
PAA	Food Procurement Programme (Programa de Aquisição de Alimentos)
PDHC	Dom Helder Camara Project
PMU	Project Management Unit
PNAE	National School Lunch Programme (Programa Nacional da Merenda Escolar)
POA	Annual Work Plan
PRONAF	National Programme for Strengthening Family Farming (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)
RIMS	Results and Impact Management System
SAF	Secretariat of Family Farming
SDT	Secretariat of Territorial Development

## Mapa da área do projeto



The designations employed and the presentation of the material in this map do not imply the expression of any opinion whatsoever on the part of IFAD concerning the delimitation of the frontiers or boundaries, or the authorities thereof.  
 Map compiled by IFAD | 22-05-2013



## **Memorando**

**República Federativa do Brasil**

**Projeto de Articulação e diálogo sobre políticas para reduzir a pobreza e desigualdade no Nordeste Semiárido – Projeto Dom Helder Câmara (segunda fase)**

**CONTRATOS DE FINANCIAMENTO 2000000436 E 2000000437**

**MISSÃO DO FIDA, 5 A 8 DE DEZEMBRO DE 2016**

### **A. Introdução**

1. Esta Ajuda Memória apresenta um resumo das principais conclusões da Missão do FIDA<sup>1</sup> ao Projeto Dom Helder Câmara II (PDHC II) e detalha acordos sobre as medidas e ações necessárias visando reorientar e iniciar a execução do Projeto o mais rapidamente possível. A Missão teve três momentos de consultas: em Recife (PE), na sede da Unidade Gestora do Projeto (UGP) no dia 5 de dezembro com o Delegado Federal e Delegado Adjunto da SEAD para Pernambuco e com o Coordenador Financeiro do Projeto; e em Brasília no dia 7 e 8 de dezembro com o Subsecretário de Desenvolvimento Rural (SDR), Marcelo Rodrigues Martins, e equipe da SDR e com o Coordenador Geral de Assuntos da Agricultura Familiar e Cooperação Internacional (AIPC), Hur Ben Córrea da Silva. O Gerente de Projeto da SEAIN/COGEX do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Humberto Leite Freitas Filho, também participou na reunião do dia 07 em Brasília.

2. Durante a missão, a SEAD manifestou seu comprometimento com a implementação do PDHC de modo a assegurar sua rápida execução no período ainda restante até dezembro de 2020 e no marco do Contrato de Financiamento acordado entre o FIDA e o Governo do Brasil. A SEAIN externou sua preocupação com o Projeto e que há o risco de cancelamento do PDHC caso medidas não sejam tomadas de forma urgente para ativar a implementação do Projeto.

### **B. Situação na implementação do Projeto**

3. O Acordo de Empréstimo foi assinado em 11 de agosto de 2014, sendo a data de efetividade 22 de agosto do mesmo ano. O Projeto está no seu terceiro ano de execução e até o momento atual foi realizado um desembolso pelo valor total equivalente a USD 1,87 milhões, perfazendo esses desembolsos 10% do total do financiamento externo. Porém, até agora não foram executados recursos dos empréstimos. A execução financeira utilizou somente recursos de contrapartida e tem sido extremamente baixa, alcançando USD 1,5 milhões, que representam aproximadamente 4% do orçamento do Projeto incluído no Acordo de Empréstimo. Considerando o orçamento previsto no desenho do Projeto, que inclui outras fontes de financiamento, e sobre o qual baseiam-se as metas do Projeto e sua cobertura territorial, a execução financeira global é inferior a 2% do total.

4. Em agosto de 2016 o MDA foi reestruturado e foi estabelecida a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD). A equipe da SEAD desde então efetuou uma auditoria do PDHC e apresentou uma proposta ao FIDA de como avançar com o Projeto de forma mais rápida possível. Abaixo estão contidos os principais temas discutidos no âmbito da proposta apresentada pela SEAD. Foi realçado que para evitar mais atrasos na execução do Projeto, não serão feitas modificações no Contrato de Financiamento e as propostas de reorientação do PDHC devem ter aderência com o Contrato vigente.

---

<sup>1</sup> A Missão do FIDA foi composta por Paolo Silveri (Gerente de Programas para o Brasil na Sede em Roma), Hardi Vieira (Oficial de Programas para o Brasil no Escritório no Brasil); Carlos Mermot (especialista em Diálogo de Políticas e Técnico do Programa FIDA Mercosul); Danilo Pisani (Especialista Fiduciário), e Diogo Nascimento (Especialista em Aquisições e Contratos).

### C. Principais temas acordados

5. Marco normativo. O FIDA registrou que compreende e apoia qualquer iniciativa que busque a adequação do PDHC II às atuais políticas de Governo Federal por meio da SEAD e sua inserção institucional no modelo de governança adotado, todavia ressaltou que as propostas de reorientação devem ser tratadas dentro do marco jurídico-normativo delineado pelo Contrato vigente e seus instrumentos de gestão auxiliares. Nesse sentido, o relatório de desenho do Projeto e a Carta ao Mutuário devem ser entendidos como instrumentos que definem elementos estruturantes da gestão do PDHC II, cujos aspectos centrais devem ser respeitados sob pena de se desnaturalizar o próprio Acordo de Empréstimo vigente.

6. Expansão da área de abrangência: A SEAD manifestou o interesse de expandir a área do PDHC de modo a incluir territórios em todos os estados que tenham semiárido aumentando a área de intervenção de 7 para 10 estados incluindo territórios na BA, MG e ES. Foi explicado que o Contrato delimita estritamente a área de intervenção do PDHC aos 7 estados e 9 territórios especificados no relatório de desenho do Projeto. Porém, a SEAD poderá executar o PDHC em área ampliada, mas desde que a implementação nesta área ampliada seja executada com recursos inteiramente do Governo e no marco conceitual do Projeto. Para isso, a área ampliada terá de ser gerida por um centro de custos distinto.

7. Contrapartida: A contrapartida do Projeto prevista no Acordo Legal de Empréstimo é de USD 42 milhões, tendo como valor referencial à época do seu desenho de USD1.00 = R\$2,00. A Missão esclareceu que esta contrapartida é reconhecida na forma de aportes financeiros na proporção 70/30 (Governo/ FIDA), não exclusivamente de recursos da SEAD/SDR, mas também por meio de recursos advindos de outras ações do Governo Federal em atividades aderentes ao escopo do PDHC/SDR (público alvo, abrangência territorial, critérios de elegibilidade e outros) pactuadas em Planos Operativos Anuais (POA) concordados com o FIDA, tais como Editais de Chamamento Público de ATER, financiamento a pequenos projetos produtivos pelo PROINF e outros, via Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), podendo ser por meio da Ação Orçamentária específica do PDHC ou de outra, identificada no POA, inclusive o pagamento de seus servidores com dedicação exclusiva ao Projeto. Nos casos em que o Governo aportar 100% de recursos de contrapartida, poderá ser concordado o financiamento de recurso FIDA no mesmo montante a fim de manter o equilíbrio do cofinanciamento na proporção pactuada.

8. Nestas condições acima descritas, O FIDA esclareceu ainda em reunião junto à SDR e SPG/SEAD que os recursos/orçamento da fonte FIDA poderão ser utilizados, além das atividades diretamente geridas pelo PDHC/SEAD, por via de transfência para outras Unidades Gestoras ou entidades parceiras identificadas. Adicionalmente à contrapartida contratual, o PDHC em seu Relatório de Desenho tem a previsão de contabilizar como contrapartida, as atividades de AT realizadas no recorte territorial do Projeto pela SAF e pelo INCRA executados com recursos exclusivos e ordinários de suas pastas, no valor de USD 40,1 milhões, a ser contabilizada de forma declaratória, bem como o aporte dos beneficiários oriundos do acesso a crédito do PRONAF promovido por intervenção do Projeto no valor de até USD 25,1 milhões.

9. A SEAD apresentou uma disponibilidade de aportes anuais de R\$ 66 milhões de recursos de contrapartida para implementar Chamadas de AT para os anos de 2017, 2018 e 2019, atendendo a demanda de AT para o Projeto no seu Componente 3 - Desenvolvimento da produção sustentável e acesso aos mercados. Até o momento o PDHC executou recursos exclusivamente de contrapartida financeira no valor de aproximadamente R\$ 5 milhões (USD 1,5 milhão).

10. ATER por chamada pública: Como previsto, a contratação dos serviços de ATER será realizada por meio do método de chamamento público previsto na Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 sendo que as condições do edital serão enviadas para anuência do FIDA. A Missão esclareceu que o uso das normas brasileiras (sistemas nacionais) de licitação, quando compatíveis com as Diretrizes do FIDA para Aquisição de Bens e Contratação de Obras e Serviços, encontra amparo no marco do Acordo de Empréstimo, razão pela qual a aplicação do chamamento público como instrumento de seleção das entidades prestadoras dos serviços de ATER é aceitável, além de ter sido previsto no próprio relatório de desenho do Projeto. Entretanto, uma vez realizada a opção pelo referido instrumento, seu conteúdo e escopo deverão ser revisados pelos especialistas do FIDA cujos aportes contribuirão para adoção de critérios compatíveis com as necessidades observadas para a consecução dos objetivos do Projeto.

11. O FIDA ressaltou que o PDHC na sua primeira fase tem um histórico de prestar serviços de ATER de alta qualidade e que isso deve ser garantido tanto pelo número de famílias por técnico, pela formação e experiência dos técnicos bem como pelo número de visitas ou horas mínimas de visita por família desde que também levados em conta a razoabilidade dos custos por família. Também foi mencionado que será fundamental estabelecer um mecanismo de supervisão dos trabalhos das entidades contratadas de modo a garantir a avaliação dos trabalhos e que estejam sendo executados de acordo com o estabelecido no contrato.

12. Componentes do PDHC: Durante as reuniões, foi manifestado o compromisso da SEAD com a implementação da parte dos componentes 2 e 3 do PDHC referentes dos serviços de ATER, que é uma parte muito importante do PDHC e representa aproximadamente 40% dos recursos do projeto. Porém, devem ser integrado na estratégia de execução do PDHC os outros componentes:

- a. Componente 1: de diálogo sobre políticas, articulação das políticas públicas e disseminação de inovações, que inclui atividades como intercâmbios institucionais, preparação de sistematizações de experiências e estudos de caso, workshop/seminários para disseminar as sistematizações, produção de um programa de rádio, publicação de livros e elaboração de vídeos, treinamento para equipes de ATER contratadas, apoio as agências do governo e dos projetos FIDA nos estados do Nordeste sobre a implementação de experiências-piloto para a ampliação de inovações do Projeto, etc;
- b. Componente 2: também estão atividades chaves do Projeto, que precisam ser incluídas, entre as quais, vale mencionar a mobilização social, a capacitação em acesso às políticas públicas, o fortalecimento de organizações comunitárias e econômicas, a participação nos Colegiados Territoriais e outros órgãos decisórios locais, etc.
- c. Componente 3: parte relacionada ao desenvolvimento da produção sustentável e acesso aos mercados, que inclui os investimentos produtivos do Projeto tanto em âmbito familiar como coletivo por meio de associações, organizações ou cooperativas para, por exemplo, executar atividades de criação de cabras para leite e carne, incluindo a produção de foragens para a melhora da alimentação, saúde e qualidade genética dos animais; apoio à produção de mel, a fim de aumentar o valor e melhorar o potencial de produção do bioma da caatinga; cultivo de frutas e verduras em hortas irrigadas; produção familiar de aves (ovos e carne) com base em raças nativas; consórcios agroecológicos com algodão para mercados orgânicos e comércio justo, produção artesanal, entre outras, principalmente visando o desenvolvimento de práticas inovadoras e baseadas nos princípios da agroecologia. Neste mesmo âmbito, serão apoiadas também atividades de recuperação ambiental e acesso a recursos hídricos.

13. CrITÉRIOS de selecção e beneficiários. O Contrato de Financiamento prevê: (i) prestar ATER e fornecer acesso a recursos para o desenvolvimento produtivo nas unidades familiares e/ou em nível coletivo para pelo menos 15.000 famílias (30% já apoiadas pelo PDHC I), considerados os beneficiários diretos do PDHC II; - Componente 3; (ii) envolver 74.000 famílias como beneficiários indiretos de outros serviços do PDHC II - Componentes 1 e 2. Foi acordado que os beneficiários não previamente atendidos pelo PDHC I podem ser selecionados dando prioridade às famílias mais carentes de agricultores familiares. Também foi acordado que não se deve sobrepor o apoio do PDHC II de ATER, com o apoio que já está sendo fornecido pela própria SEAD e fomento do MDS. As partes concordam que os beneficiários do PDHC II e dos vários instrumentos de política pública para a agricultura familiar, também podem ser beneficiários de recursos de investimento para industrialização, armazenamento, conservação, comercialização, etc.

14. Marco Organizacional e pessoal: Este é um ponto que necessitará melhor definição pela SEAD e equipe do FIDA para que se possa chegar a um acordo de como estruturar a presença territorial do PDHC de modo a garantir a implementação completa dos 3 componentes do Projeto e também manter uma equipe dedicada na UGP em Recife sob supervisão do Delegado. Do ponto de vista da SEAD, a sugestão é que as Unidades de Coordenação Territorial (UCTs) no formato atual sejam desmobilizadas e sua ação garantida por meio de outros entes parceiros. A SEAD também manifestou que o PDHC não poderá contar com a equipe completa prevista de pessoal de dedicação de tempo integral e exclusiva ao Projeto e que os Delegados Federais devem desempenhar um papel de co-gestão no PDHC sendo o Delegado de Pernambuco o principal gestor descentralizado e em Brasília será designado um servidor para atuar como gestor central do PDHC.

15. Na visão do FIDA, há concordância que os delegados da SEAD tem um papel chave para a articulação das políticas e na definição estratégica da execução do Projeto. Porém, as ações previstas nas UCTs, incluindo sua

base física e sua composição - sendo que não necessariamente como previsto relatório de desenho - e uma equipe mínima da UGP com dedicação integral e exclusiva, formam condição essencial para garantir qualidade na execução bem sucedida do Projeto, além de estar contida no Contrato de Financiamento e nas suas Condições Gerais para o Financiamento do Desenvolvimento Agrícola; contrato que reflete o acordo entre as partes em relação às modalidades de execução do Projeto.

16. Abaixo está uma indicação da equipe mínima necessária para implementação do Projeto conforme o relatório de desenho do Projeto. Há consenso entre a SEAD e o FIDA que a equipe pode ser reconfigurada e em parte composta por servidores, consultores, parcerias contratadas, etc. Devido a ser um tema de alta importância, o FIDA poderá ter a disponibilidade de reconhecer e financiar 100% dos custos das UCTs e UGP.

Diretor do Projeto	01
Coordenador de Planejamento, Monitoramento e Avaliação	01
Gerente Financeiro	01
Gerente Administrativo	01
Coordenadores de Componente	03
Coordenadores das Unidades de Coordenação Territorial (UCTs)	09
Especialistas (relacionados com os temas produtivos, ambiental e focalização)	09
Assistentes de Coordenação	03

17. Também foi lembrado que a estrutura organizacional do Projeto inclui um Comitê Executivo do Projeto (CEP) localizado na SEAD. O CEP é composto de representantes de diferentes unidades da SEAD e do INCRA. O Projeto também conta com um Comitê Gestor (CGP), que deve ser composto por representantes do Governo Federal, dos governos dos Estados da área de abrangência do Projeto, dos beneficiários e das instituições da sociedade civil. Ao nível dos territórios, os espaços mais importantes para operação do Projeto são os Colegiados Territoriais. Assim sendo, no marco do Projeto também serão conformados Comitês Territoriais do Projeto, com capacidade para tomar decisões sobre sua implementação e com participação dos beneficiários e atores diretamente envolvidos na sua execução; estes Comitês formarão parte dos Colegiados Territoriais. Finalmente, ao nível municipal existem Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável, que são espaços de controle e gestão social e de priorização das políticas públicas a partir das demandas da sociedade.

18. Monitoramento e avaliação (M&A). o FIDA ressaltou que o documento de Projeto tem um marco lógico com os principais indicadores a serem aplicados e medidos durante a execução do Projeto e nas avaliações de meio termo e final. Sobre avaliação, antes do início da execução das atividades, o PDHC deverá realizar sua linha de base (marco zero), de acordo com o disposto no Contrato de Financiamento. O FIDA manifestou que o questionário para linha de base foi desenvolvido pelo FIDA e que poderá apoiar na preparação do plano amostral de aplicação da linha de base. Foi acordado que a SEAD/PDHC fará esforços para contratar a instituição/consultoria para aplicação da linha de base no primeiro semestre de 2017 precedendo o início dos trabalhos das chamadas públicas de ATER. Os termos de referência (TdR) para contratação da linha de base serão enviados para anuência do FIDA. Recomenda-se o uso dos TdRs dos demais projetos do FIDA no Brasil como base para o PDHC II incluindo o uso da planilha base do sistema de M&A FIDA como padrão para recebimento dos dados tabulados, afim de permitir a importação automática no sistema. Foi comentado que as informações constantes do sistema informatizado de M&A do FIDA necessitam ser atualizadas periodicamente pelo Projeto.

19. Instrumentos de implementação: Foi mencionado pelo FIDA que além do Relatório de Desenho do Projeto e de seus anexos, o PDHC possui um Manual de Implementação do Projeto (MIP) que está em vigor, após ter sido aprovado pelo FIDA e é o principal instrumento ou guia para orientar a implementação das ações do Projeto. Foi sugerido que a equipe da SEAD integralize o MIP e envie ao FIDA uma possível sugestão de revisão. Além disso, outro instrumento chave é a preparação do Plano de Operativo Anual e de Aquisições e Contratações (POA/PAC), que deve ser enviado anualmente para revisão e não objeção do FIDA, geralmente no mês de outubro do ano anterior ao POA. O FIDA poderá nesta primeira vez disponibilizar apoio para preparação do POA/PAC. A SEAD também deve tomar conhecimento da Carta ao Mutuário, que estabelece as alçadas dos processos de contratação passíveis de revisão prévia e não objeção do FIDA.

## **F. Conclusões**



20. O Projeto Dom Helder Câmara II está no seu terceiro ano de execução e medidas urgentes são necessárias para que sua implementação seja iniciada o mais rapidamente possível. A SEAD e o FIDA manifestaram seu compromisso em assegurar a rápida implementação do PDHC no prazo que ainda resta até dezembro de 2020. Entre as propostas apresentadas pela SEAD, para reorientação do PDHC, o FIDA manifestou seu de acordo com a grande maioria das medidas, inclusive sobre a expansão do Projeto e na área de gestão administrativa e financeira. Porém, ainda resta chegar a um acordo sobre três pontos principais e que na visão do FIDA estão interrelacionados:

- a) Integralizar na proposta estratégica de execução do PDHC apresentada pela SEAD os 3 componentes do Projeto principalmente no que se refere à articulação e diálogo de políticas em âmbito territorial e ao financiamento de investimentos produtivos e ambientais familiares e coletivos;
- b) Manter a presença territorial do PDHC (equipe e escritórios) de modo a garantir que o Projeto seja executado com a perspectiva de seus 3 componentes;
- c) Garantir uma equipe mínima de dedicação integral e exclusiva ao Projeto na UGP em Recife e nas UCTs nos territórios sob supervisão dos Delegados e integrada tecnicamente à UGP.

21. A busca de solução para os pontos acima será trabalhada pela SEAD e o FIDA com efeito imediato. Neste sentido, uma missão do FIDA para os acordos finais será efetuada nas duas últimas semanas de janeiro em data de comum acordo com a participação de especialistas temáticos de ambas as partes. Enquanto isso, foi acordado que a SEAD irá efetuar a leitura dos documentos do PDHC II incluindo relatório de desenho do Projeto e MIP e enviará ao FIDA para revisão a minuta da chamada pública de ATER para comentários e revisão prévia e não objeção do FIDA.

22. O FIDA gostaria de agradecer a toda a equipe da SEAD pela abertura e proatividade na discussão dos futuros rumos do PDHC II de modo que se garanta a execução exitosa do Projeto no marco da parceria entre o Governo Federal e o FIDA.

Brasília, 08 de dezembro de 2016

José Ricardo Ramos Roseno  
Secretário Especial da Agricultura Familiar  
e Desenvolvimento Agrário (SEAD)

Paolo Silveri  
Gerente de Programas para o Brasil  
Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola  
(FIDA)



## Apêndice 1: Resumen del estado del proyecto y ratings

### Basic Facts

Country	Brazil	Project ID	1620 [1100001620]	Loan/DSF/Grant/ASAP FI No.	2000000436, 2000000437
Project	Policy Coordination and Dialogue for Reducing Poverty and Inequalities in Semi-Arid North-east Brazil			Top-up Loan/DSF/Grant/ASAP FI No.	
Date of Update	19-Dec-2016				
Supervising Inst.	IFAD/IFAD				
No. of Supervisions	2	No. of Implementation Support/Follow-up missions	1		
Last Supervision	05-Dec-2016	Last Implementation Support/Follow-up mission	10-Dec-2014		

USD million Disb. rate %						
Approval	11-Dec-2013			Total financing	125.30	3%
Agreement		Effectiveness lag		IFAD Total	3.00	14%
Entry into force	11-Aug-2014	PAR value	-----	IFAD loan	3.00	14%
First disbursement	06-Feb-2015			DSF grant		
MTR		Last amendment		IFAD grant		
Original completion	30-Sep-2020	Last audit		ASAP grant		
Current completion	30-Sep-2020			Domestic Total	107.30	1%
Current closing	31-Mar-2021			Other Domestic	40,10	0%
No. of extensions				Beneficiaries	25.20	0%
				National Govern	42,00	4%
				External Cofinancing Total	15.00	
				Spanish Fund	15.00	11%

### Project Performance Ratings

B.1 Fiduciary Aspects	Last	Current	B.2 Project implementation progress	Last	Current
1. Quality of financial management	3	3	1. Quality of project management	4	3
2. Acceptable disbursement rate	5	2	2. Performance of M&E	3	3
3. Counterpart funds	4	3	3. Coherence between AWPB & implementation	3	3
4. Compliance with financing covenants	4	3	4. Gender focus	5	3
5. Compliance with procurement	4	4	5. Poverty focus	5	3
6. Quality and timeliness of audits	5	5	6. Effectiveness of targeting approach	4	3
			7. Innovation and learning	5	3
			8. Climate and environment focus	5	3
B.3 Outputs and outcomes	Last	Current	B.4 Sustainability	Last	Current
1. Policy dialogue, coordination of public policies and scaling-up of innovations	4	3	1. Institution building (organizations, etc.)	4	3
2. Development of organizational capacities	4	3	2. Empowerment	4	3
3. Sustainable productive development and market access	4	3	3. Quality of beneficiary participation	4	3
			4. Responsiveness of service	5	3

providers		
5. Exit strategy (readiness and quality)	4	3
6. Potential for scaling up and replication	5	3

#### B.5 Justification of ratings

The Dom Helder Camara project, phase II, had a financial execution so far of USD 1,5 million, all of which of counterpart funds. Since it became operational in August 2014, the Project has not evolved and it continues without project technical staff. In November 2015 IFAD conducted a comprehensive supervision mission and agreed with the Ministry of Agrarian Development (MDA) on a work plan to accelerate its execution; however, between November 2015 and July 2016, none of the agreed items of the work plan had been executed by MDA. This was mainly the result of severe budget restrictions, as the MDA budget was cut to a point it could not honor the counterpart contribution to the project. In July-August 2016, due to the impeachment process against the President of Brazil, there was a Ministerial reform conducted by the interim President, including the extinction of the MDA. The Ministry's functions were relocated to the newly established Special Secretariat of Family Farming and Agrarian Development (SEAD) within the Ministry of Home Affairs and the Ministry of Social Development (MDS). This entailed that the project executing agency was transferred to SEAD. IFAD had meetings with SEAD Special Secretary soon after his appointment on 18 July 2016 and the Special Secretary also visited IFAD HQ on 18 October. Following such meetings, a supervision mission to reorient the project according to the new government priorities was confirmed and took place between 5 and 9 December 2016 and another mission was confirmed to follow-up on an implementation plan from 23 to 27 January 2017. During the supervision, SEAD recommitted to project implementation and declared its interest to increase counterpart funds to the project. A three-year plan was laid out to ensure full project implementation within its original time frame. It is expected that, by mid-2017, the project will be in a position to start implementation and reach out to expected beneficiaries, particularly – but not exclusively – with technical assistance and extension services.

### Overall Assessment and Risk Profile

	Last	Current
C.1 Physical/financial assets	4	3
C.2 Food Security	4	3
C.3 Quality of natural asset improvement and climate resilience	4	3
C.4 Overall <b>implementation progress</b> (Sections B1 and B2)	4	3

C.5 Likelihood of achieving the development objectives (section B3 and B4)	4	3
--	---	---

The Project became effective over two years ago and shows very little progress in the field. Its clear risk status is mitigated by the new Federal Authorities' formal commitment to speed up implementation and deliver a full project execution within the remaining three years of project lifetime. During the December 2016 supervision mission, the main thrusts concerning the reorientation of the project were agreed with IFAD, and a follow-up mission will take place in January 2017 to finalize an action plan and review the project's implementation manual accordingly. It is expected that activities in the field will commence after the recruitment of technical assistance (TA) service and the bidding for such contract will be launched in January-February 2017. An agreed-upon modality to contract the PMU's technical staff will also be defined early in 2017, to ensure implementation as rapidly as possible in the first semester. The lack of counterpart funds, which had prevented the project to be implemented so far, is expected to be solved, as SEAD demonstrated it has enough budget to allocate to project activities. During 2017, IFAD will closely follow-up on project implementation to ensure that, by end-2017, the project is up and running.

#### C.6 **Risks** Short description of major risks for each section and their impact on achievement of development objectives and sustainability

##### **Fiduciary aspects**

1) lack of technical staff in the PMU, including for fiduciary aspects; 2) pending nomination of the procurement commission and consequent lack of understanding of procurement rules and regulations; 3) lack of clarity regarding the operationalization of loan financing; 4) lack of finance system to issue reporting to IFAD and the government on a timely basis; 5) availability of counterpart funds in a timely manner and the volume of counterpart funds for 2016 is a matter of concern; and 6) the evolution of the exchange rate since the design of the project has led to an increase of the project financing in local currency terms, therefore increasing the project budget in local currency.

##### **Project implementation progress**

The main risks relate to further delays in resolving the methods for contracting the technical staff of the PMU and the functioning of the local territorial offices. The quickest solution would be to sign an agreement with IICA to contract technical staff and consultants through the lighter administrative procedures of an international agency. Another major problem regards the unilateral dismissal of the Project Director by the new federal authorities, without prior consultation with IFAD; on the other hand, the Financial and Administrative Coordinator was kept in place, to ensure institutional memory and admin management continuity. Another important risk relates to the new SEAD team's lack of federal level administration experience, including experience in the implementation of internationally co-financed projects. Although counterpart funds have been committed by the new Federal Administration and budget allocated to the project, due to the very high counterpart contribution of the project (two-thirds of the project financing), this areas remains of concern to IFAD, also because, since project design, there has been an important devaluation of the local currency, hence increasing the project budget in *Reais*. The priority accorded to the project by the new government should help in reducing such risk.

### Outputs and outcomes

The possibility of achieving the project's expected outputs and outcomes depends on the new implementers' capacity to mitigate the above-mentioned risks, i.e. slow progress in contracting the PMU's technical staff, as well as public and private organizations to carry out field activities, and potential lack of an appropriate budget allocation for the project. In addition, due to the transitory nature of the present federal government, project work on policy dialogue and the scaling up of innovations at federal level will be challenging. The limited time available for project execution (about 3 years and a half) will require a speedy implementation.

### Sustainability

The main risk for sustainability is that slow implementation progress would further reduce field-level implementation, such as direct support to communities and other beneficiary organizations, which are essential to ensure the success of project-supported economic initiatives. Having less time for disseminating project innovations and supporting their adoption by both government and non-government entities may also affect the scaling up of innovations, which is also key to the sustainability of project effects and impacts.

### Proposed Follow-up

Issue / Problem	Recommended Action	Timing	Status
Review tender process for TA	Agree with SEAD the documentation and terms of reference for the technical assistance (TA) services to be provided by the project.	31-Jan-2017	Under negotiation in the federal government
Policy dialogue and productive development	Agree with SEAD an approach to ensure that the project does not focus only on TA but also ensures the implementation of the other components as established in the project document, i.e. productive development, policy dialogue and territorial articulation, innovations and scaling-up.	Continuous throughout 2017	Under negotiation in the federal government
Contracting of PMU's and local staff	Define the procedures that will be used to contract the technical staff and consultants of the PMU and territorial units (LTUs). An existing Agreement with IICA could be used to resolve this rapidly.	30-March-2017	Under negotiation in the federal government
Project annual budget	Provided that implementation starts to accelerate during the first semester of 2017, evaluate the possibility of increasing the budget assigned to the project and increase substantially the annual budget starting in 2018, in line with what was established in the Loan Agreement	Continuous throughout 2017	The CPM and CPOs raised this issue with MDA
Procedures for financial execution	Define operational procedures for the management of loan funds that allow for an efficient use of resources. These procedures must be in line with the rules & regulations of both IFAD and the Government of Brazil.	30-March - 2017	The project has been using a single account used by the Government of Brazil.

### Additional observations

The project could continue to serve as important reference for the KM Programme (SEMEAR) which has made many exchange visits in the Dom Helder project area to exchange experiences and build synergies with other IFAD projects in Northeast Brazil.

## Apêndice 2: Marco lógico actualizado: progresos alcanzados respecto de los objetivos, efectos directos y productos

Descripción resumida	Indicadores básicos de resultados	Medios de verificación	Hipótesis (H) / Riesgos (R)
<p>META</p> <p>Contribuir para a redução da pobreza e a desigualdade rural no Nordeste Semiárido</p>	<p>No fim do projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução de 30% na pobreza extrema (de 40% para 28%) no fim do projeto na área de cobertura do projeto (ODM);</li> <li>• Redução de 70% na pobreza extrema entre beneficiários de investimentos produtivos;</li> <li>• Aumento de 35% nos ativos das famílias beneficiárias de Assessoria técnica e investimentos produtivos (RIMS 3º nível).</li> </ul>	<p>Estatísticas oficiais;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudo de base;</li> <li>• Estudo de base; M&amp;A/RIMS, avaliação final;</li> <li>• Avaliação final;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural</li> </ul>

Descripción resumida	Indicadores básicos de resultados	Medios de verificación	Hipótesis (H) / Riesgos (R)
<p>OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO</p> <p>Contribuir para a redução da pobreza e desigualdade rural no Nordeste Semiárido melhorando a articulação de políticas de desenvolvimento rural, acesso da população às políticas públicas e formulação de políticas públicas mediante ampliação de inovações</p>	<p>No fim do projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 74.000 famílias rurais na área do projeto serão beneficiadas por melhor informação sobre políticas e programas públicos; dentre elas, 45.000 terão acesso aos mesmos;</li> <li>• 27.000 famílias beneficiadas por assessoria técnica aumentam sua produção agrícola em média de 25% no fim do projeto;</li> <li>• 50% dos beneficiários do projeto são mulheres;</li> <li>• 243.000 famílias beneficiarias de projetos cofinanciados pelo FIDA e executados pelos governos estaduais se beneficiam indiretamente pela adoção de inovações nesses projetos geradas pelo PDHC;</li> <li>• Aproximadamente um milhão de famílias rurais em situação de pobreza e extrema pobreza se beneficiam indiretamente de melhores políticas e programas.</li> </ul>	<p>Estatísticas oficiais;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudo de base;</li> <li>• Estudo de base; M&amp;A/RIMS, avaliação final;</li> <li>• Avaliação final;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural</li> </ul>

Descripción resumida	Indicadores básicos de resultados	Medios de verificación	Hipótesis (H) / Riesgos (R)
<p>Componente 1 – Diálogo sobre políticas, articulação de políticas públicas e ampliação de inovações</p> <p>RESULTADO 1: Políticas públicas para reduzir a pobreza e desigualdade melhoradas</p>	<p>No fim do projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Melhores políticas de desenvolvimento rural sustentável para a população pobre devido à experiência do Project e adoção de metodologias inovadoras do projeto;</li> <li>Melhor articulação de políticas públicas em nove Territórios da Cidadania de sete estados do Nordeste.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estatísticas oficiais;</li> <li>M&amp;A/RIMS;</li> <li>Relatórios dos Colegiados Territoriais;</li> <li>Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre gênero;</li> <li>Relatórios de supervisão;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural</li> <li>Ambiente propício à articulação de políticas públicas e programas no MDA e Colegiados Territoriais.</li> </ul>
<p><b>Productos:</b></p> <p>1.1 Fortalecimento do funcionamento e eficácia de espaços de articulação de políticas e programas</p> <p>1.2 Metodologias inovadas e alternativas de produção aperfeiçoadas</p> <p>1.3 Capacidades técnicas locais de diálogo e articulação de políticas melhoradas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maior participação de organizações da sociedade civil nos Colegiados Territoriais;</li> <li>Aumento do valor e número de projetos de investimento territorial gerados nos Colegiados Territoriais e implementados;</li> <li>Aumento de 30% no número de representantes de mulheres e comunidades tradicionais participando nos Colegiados Territoriais;</li> <li>24 sistematizações de experiências ou boas práticas;</li> <li>6 metodologias inovadoras adotadas por órgãos públicos e pelo menos 1 metodologia inovadora adotada por cada projeto cofinanciado pelo FIDA no nordeste;</li> <li>250 provedores de AT com capacidades melhoradas, sendo pelo menos 50% mulheres.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estatísticas oficiais;</li> <li>M&amp;A/RIMS;</li> <li>Relatórios dos Colegiados Territoriais;</li> <li>Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre gênero;</li> <li>Relatórios de supervisão;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural</li> <li>Ambiente propício à articulação de políticas públicas e programas no MDA e Colegiados Territoriais.</li> </ul>



Descripción resumida	Indicadores básicos de resultados	Medios de verificación	Hipótesis (H) / Riesgos (R)
<p>Componente 2 – Desenvolvimento das capacidades organizacionais</p> <p>RESULTADO 2: Comunidades rurais, assentamentos da reforma agrária e organizações ou associações, especialmente mulheres e jovens, mobilizadas e suas capacidades desenvolvidas.</p>	<p>Na área do projeto e fim do projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>27.000 famílias mobilizadas e com capacidades desenvolvidas;</li> <li>770 comunidades e assentamentos da reforma agrária com demandas qualificadas sobre programas públicos;</li> <li>6.000 líderes de comunidades rurais e assentamentos da reforma agrária capacitados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estatísticas oficiais;</li> <li>Estudo de base; M&amp;A/RIMS, avaliação final;</li> <li>Informação estatutária e relatórios dos Colegiados Territoriais;</li> <li>Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre gênero;</li> <li>Relatórios de supervisão;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural</li> </ul>
<p><b>Productos:</b></p> <p>2.1 População rural informada sobre programas e políticas públicas</p> <p>2.2 Organizações beneficiárias do projeto fortalecidas</p> <p>2.3 Participação das organizações de mulheres fortalecidas</p> <p>2.4 Capacidades e oportunidades para os jovens melhoradas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>500 organizações comunitárias e 27 organizações econômicas com estrutura organizacional, personalidade jurídica e sistemas de governança</li> <li>300 organizações comunitárias participam em Colegiados Territoriais;</li> <li>450 grupos de mulheres (incluindo 4.500 mulheres) estabelecidos e operacionais</li> <li>Pelo menos 1.100 jovens com maiores capacidades devido à participação em oportunidades de estudo e capacitação</li> <li>9 programas de rádio, 6 vídeos, e 12 livretos sobre políticas e programas públicos elaborados, transmitidos e disseminados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estatísticas oficiais;</li> <li>Estudo de base; M&amp;A/RIMS, avaliação final;</li> <li>Informação estatutária e relatórios dos Colegiados Territoriais;</li> <li>Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre gênero;</li> <li>Relatórios de supervisão;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural</li> </ul>

Descripción resumida	Indicadores básicos de resultados	Medios de verificación	Hipótesis (H) / Riesgos (R)
<p>Componente 3 – Desenvolvimento sustentável da produção e acesso aos mercados</p> <p>RESULTADO 3: Produção agropecuária sustentável dos agricultores familiares transformada e melhorada</p>	<p>Na área do projeto e fim do projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>27.000 famílias acessam AT e 23.500 acessam investimentos produtivos (10.000 acessam fundos não reembolsáveis e 13.500 acessam crédito), pelo menos 80% aumentam sua produção;</li> <li>Pelo menos 13.500 famílias diversificam seus sistemas produtivos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estatísticas oficiais;</li> <li>Estudo de base; M&amp;A/RIMS, avaliação final;</li> <li>Informação estatutária e relatórios dos Colegiados Territoriais;</li> <li>Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre gênero;</li> <li>Relatórios de supervisão;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alocação oportuna de recursos da contrapartida</li> <li>Provedores continuam propícios à entrega serviços de AT</li> <li>Secas no limite aceitável e continuidade de investimentos em acesso a água</li> </ul>
<p><b>Productos:</b></p> <p>3.1 Novas tecnologias e práticas inovadoras adotadas</p> <p>3.2 Melhor acesso dos beneficiários aos mercados</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pelo menos 16.200 famílias adotam novas práticas tecnológicas;</li> <li>Pelo menos 13.500 famílias introduzem pelo menos um novo produto;</li> <li>4.500 mulheres, 1.100 jovens, 260 famílias (26 grupos) de comunidades indígenas, e 280 famílias (28 grupos) de comunidades quilombolas realizam novas atividades geradoras de renda;</li> <li>Pelo menos 10.800 famílias acessam programas de compras públicas (PAA, PNAE);</li> <li>Pelo menos 2.700 famílias acessam mercados diferenciados (orgânico, comércio justo).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estatísticas oficiais;</li> <li>Estudo de base; M&amp;A/RIMS, avaliação final;</li> <li>Informação estatutária e relatórios dos Colegiados Territoriais;</li> <li>Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre gênero;</li> <li>Relatórios de supervisão;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alocação oportuna de recursos da contrapartida</li> <li>Provedores continuam propícios à entrega serviços de AT</li> <li>Secas no limite aceitável e continuidade de investimentos em acesso a água</li> </ul>

### Apêndice 3: Progresos físicos medidos respecto del POA, con inclusión de los indicadores del RIMS

		Período: 11/08/2014 hasta el 10/11/2015				Acumulativo		Estimación	
Componente/ Subcomponente o Producto	Indicador	Dependencia	POA	Efectivo	%	Efectivo	Objetivo	%	
<b>Objetivo de Desenvolvimento – Contribuir para a redução da pobreza e desigualdade rural no Nordeste Semiárido</b>									
	74.000 famílias rurais na área do projeto beneficiadas com informação sobre políticas públicas; dentre elas, 45.000 com acesso aos mesmos;	Famílias	2.075	2.075	100	2.075	74.000	2,8	
	27.000 famílias beneficiadas por AT aumentam sua produção agrícola em média de 25% no fim do projeto.	Famílias	0	0	-	0	27.000	0	
<b>Componente 1 – Diálogo Sobre Políticas, Articulação de Políticas Públicas e Ampliação de Inovações</b>									
Produto 1.1: Fortalecimento do Funcionamento e eficácia de espaços de articulação de políticas e programas	Aumento de 30% no número de representantes de mulheres e comunidades tradicionais participando dos Colegiados Territoriais.								
Produto 1.2: Metodologias Inovadas e Alternativas de Produção Aperfeiçoadas	24 Sistematizações de experiências ou boas práticas;	Unidade	3	2	67	2	24	8	
	6 Metodologias inovadoras adotadas por órgãos públicos e pelo menos 1 metodologia inovadora adotada por cada projeto cofinanciado pelo FIDA no nordeste.	Unidade	1	1	100	1	6	16	
Produto 1.3: Capacidades técnicas locais de diálogo e articulação de políticas melhoradas	250 provedores de AT com capacidades melhoradas, sendo pelo menos 50% mulheres;	Pessoas	50	50	100	50	250	20	

## Componente 2 – Desenvolvimento das capacidades organizacionais

	27.000 famílias mobilizadas e com capacidades desenvolvidas;	Famílias	0	0	-	0	27.000	0
	770 comunidades e assentamentos da reforma agrária com demandas qualificadas sobre programas públicos;	Comunidades	0	0	0	0	770	0
	6.000 líderes de comunidades rurais e assentamentos da reforma agrária capacitados.	Pessoas	0	0	0	0	6.000	0
Produto 2.1: População rural informada sobre programas e políticas públicas	500 organizações comunitárias e 27 organizações econômicas com estrutura organizacional, personalidade jurídica e sistemas de governança;	Organizações	0	0	0	0	527	0
<i>Produto 2.2: Organizações beneficiárias do projeto fortalecidas</i>	300 organizações comunitárias participam em colegiados Territoriais;	Organizações	0	0	0	0	300	0
<i>Produto 2.3: Participação das organizações de mulheres fortalecidas</i>	450 grupos de mulheres (incluindo 4.500 mulheres) estabelecidos e operacionais;	Mulheres	0	0	0	0	450	0
<i>Produto 2.4: Capacidades e oportunidades para os jovens melhoradas</i>	Pelo menos 1.100 jovens com maiores capacidades devido à participação em oportunidades de estudo e capacitação.	Jovens	0	0	0	0	1.100	0
<b>Componente 3 – Desenvolvimento sustentável da produção e acesso aos mercados</b>								
	27.000 famílias acessam AT e 23.500 acessam investimentos produtivos (10.000 acessam fundos não reembolsáveis e 13.500 acessam crédito), pelo menos 80% aumentam sua produção;	Famílias	0	0	0	0	27.000	0
	Pelo menos 13.500 famílias diversificam seus sistemas produtivos.	Famílias	0	0	0	0	13.500	0

<i>Produto 3.1: Novas Tecnologias e Práticas Inovadoras Adotadas</i>	Pelo menos 16.200 famílias adotam novas práticas tecnológicas;	Famílias	0	0	0	0	16.200	0
	Pelo menos 13.500 famílias introduzem pelo menos um novo produto;	Famílias	0	0	0	0	13.500	0
	4.500 mulheres, 1.100 jovens, 260 famílias (26 grupos) de comunidades indígenas, e 280 famílias (28 grupos) de comunidades quilombolas realizam novas atividades geradoras de renda.	Pessoas	0	0	0	0	4.500 mulheres, 1.100 jovens, 260 famílias (26 grupos) de comunidade s indígenas, e 280 famílias (28 grupos) de comunidade s quilombolas	0
<i>Produto 3.2: Melhor Acesso dos Beneficiários aos Mercados</i>	Pelo menos 10.800 famílias acessam programas de compras públicas (PAA, PNAE)	Famílias	0	0	0	0	10.800	0
	Pelo menos 2.700 famílias acessam mercados diferenciados (orgânico, comércio justo).	Famílias	0	0	0	0	2.700	0

## Apêndice 4: Aspectos financeiros

Tabela A:		Execução Financeira por financiador			31/10/2016
Financiador	Moeda do contrato	Aprovado (USD equiv)	Atual (USD)	Desembolsado (USD equiv)	% desembolsado
FIDA	SDR 2.000.000	3.000.000,0	3.000.000,0	400.000,00	13%
Fundo Espanhol	EUR 11.360.000	15.000.000,0	15.000.000,0	1.479.529,48	10%
Governo	USD 42.000.000	42.000.000,0	42.000.000,0	1.522.095,45	4%
Total	-	60.000.000,0	60.000.000,0	3.401.624,93	6%
Governo Indireta	USD 40.100.000	40.100.000,0	40.100.000,0	-	0%
Beneficiários	USD 25.168.325	25.168.325,0	25.168.325,0	-	0%
Total 2	-	125.268.325,0	125.268.325,0	3.401.624,93	3%
Fonte: UGP					

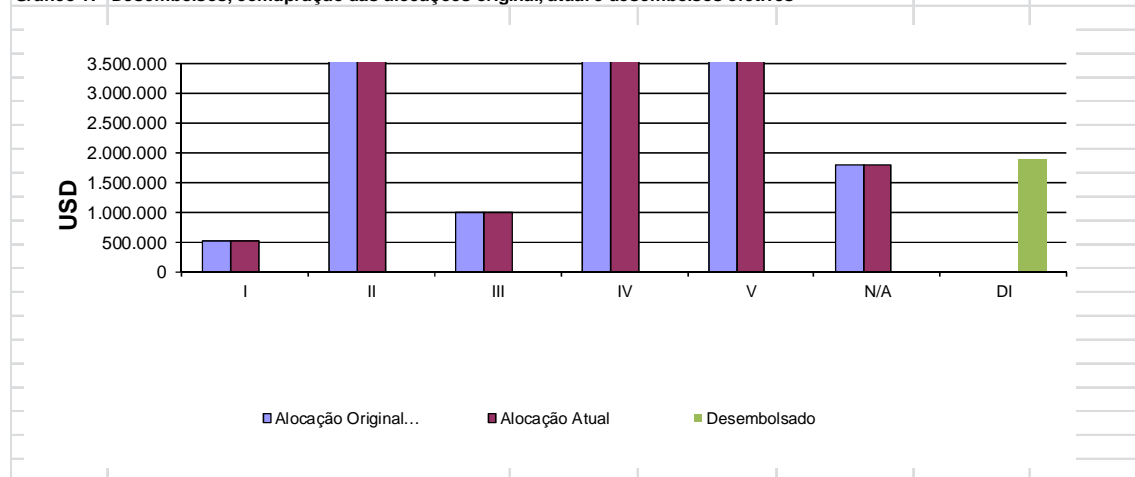
Tabela B: Execução Financeira por financiador e componente (USD)												31/10/2016
Componente	FIDA			Fundo Espanhol			Governo			Total		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
Comp 1: Diálogo, articulação de políticas públicas e disseminação de experiências inovadoras	3.251.696	-	0,0%	650.339	-	0,0%	9.104.749	-	0,0%	13.006.784	-	0,0%
Comp 2: Desenvolvimento de capacidades organizativas	3.433.042	-	0,0%	686.608	-	0,0%	9.612.517	776.504	8,1%	13.732.167	776.504	5,7%
Comp 3: Desenvolvimento da produção sustentável e acesso a mercados	5.761.886	-		1.152.377	-		16.133.280			23.047.543		
Gerenciamento do Projeto	1.800.000	-	0,0%	360.000	-	0,0%	5.040.000	733.514	14,6%	7.200.000	733.514	10,2%
Planejamento, monitoramento e avaliação	753.377	-	0,0%	150.675	-	0,0%	2.109.454	-	0,0%	3.013.506		0,0%
Total	15.000.000	-	0,0%	3.000.000	-	0,0%	42.000.000	1.510.019	3,6%	60.000.000	1.510.019	2,5%

Tabela C: Desembolsos por Categorias (USD Equiv)		em 30/10/2016		FIDA		I-2000000436		I-2000000437	
Descrição da Categoria		Alocação Original (USD Equiv)	Alocação Atual	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des		
I	Bens, serviços, equipamentos, materiais e insumos	532.342	532.342	0	0	532.342	0%		
II	Oficinas, encontros e capacitação	5.093.556	5.093.556	0	0	5.093.556	0%		
III	Subvenções e subsídios para investimento produtivos	996.866	996.866	0	0	996.866	0%		
IV	Assessoria Técnica e Estudos	4.620.634	4.620.634	0	0	4.620.634	0%		
V	Custos operacionais	4.957.923	4.957.923			4.957.923			
N/A	Não alocado	1.798.680	1.798.680	0	0	1.798.680	0%		
DI	Depósito Inicial			1.879.529	0	-1.879.529			
Total		18.000.000	18.000.000	1.879.529	0	16.120.471	10%		

Tabela 5C: Desembolsos por Categorias (EUR)		em 30/10/2016				FIDA/F Esp.		I-2000000437	
	Descrição da Categoria	Alocação Original (USD Equiv)	Alocação na moeda do contrato (EUR)	Alocação Atual	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des	
I	Bens, serviços, equipamentos, materiais e insumos	442.342	335.000	335.000	0	0	335.000	0%	
II	Oficinas , encontros e capacitação	4.238.556	3.210.000	3.210.000	0	0	3.210.000	0%	
III	Subvenções e subsídios para investimento produtivos	831.866	630.000	630.000	0	0	630.000	0%	
IV	Assessoria Técnica e Estudos	3.855.634	2.920.000	2.920.000	0	0	2.920.000	0%	
V	Custos operacionais	4.132.923	3.130.000	3.130.000			3.130.000	0%	
	Não alocado	1.498.680	1.135.000	1.135.000	0	0	1.135.000	0%	
DI	Depósito Inicial				1.300.000	0	-1.300.000		
	Total	15.000.000	11.360.000	11.360.000	1.300.000	0	10.060.000	11%	

Tabela 5C: Desembolsos por Categorias (SDR)		em 30/10/2016				FIDA		I-2000000436	
	Descrição da Categoria	Alocação Original (USD Equiv)	Alocação na moeda do contrato (SDR)	Alocação Atual	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des	
I	Bens, serviços, equipamentos, materiais e insumos	90.000	60.000	60.000	0	0	60.000	0%	
II	Oficinas , encontros e capacitação	855.000	570.000	570.000	0	0	570.000	0%	
III	Subvenções e subsídios para investimento produtivos	165.000	110.000	110.000	0	0	110.000	0%	
IV	Assessoria Técnica e Estudos	765.000	510.000	510.000	0	0	510.000	0%	
V	Custos operacionais	825.000	550.000	550.000			550.000	0%	
	Não alocado	300.000	200.000	200.000	0	0	200.000	0%	
DI	Depósito Inicial				282.221	0	-282.221		
	Total	3.000.000	2.000.000	2.000.000	282.221	0	1.717.779	14%	

Gráfico 1: Desembolsos, comparação das alocações original, atual e desembolsos efetivos



## Adjunto 1 – Sinopsis de la evaluación del riesgo fiduciario de los programas<sup>2</sup>

**Projeto N.** I-2000000436/437-BR – Projeto Dom Helder Câmara II- PDHC II

**Organismo de execução:** Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

	<b>Avaliação dos Riscos E/M/B</b>	<b>Medida corretiva proposta</b>
<b>Risco inerente</b>		
<b>Riscos controláveis</b>		
<b>1. Organização e dotação de pessoal</b>	E	Nomear postos e contratar pessoal UGP
<b>2. Planejamento</b>	E	Elaboração do POA
<b>3. Fluxo de fundos e disposições sobre desembolsos</b>	B	Realizar conciliações mensais. Assimilar o novo procedimento no âmbito do Governo Federal
<b>4. Controles internos</b>	M	Contratar pessoal; elaborar MGF e prover sistema contábil complementar
<b>5. Contabilidade</b>	B	Atualizar sistema contábil complementar para geração de relatórios
<b>6. Apresentação de relatórios financeiros e acompanhamento</b>	M	Manter sistema contábil atualizado e observar prazo de envio dos relatórios
<b>7. Auditoria interna</b>	M	Contratação do Pessoal elaboração do MGF
<b>8. Auditoria externa</b>	M	Falata contactar e acordar o TdR .
Risco fiduciario geral do Projeto	E	
E=elevado, M=médio, B=baixo		

### Observações:

Houve uma reordenação da estrutura de gestão do Projeto. O Projeto até o momento da missão não possui quadros pessoal completo e definidos cientes das normas do Projeto, o que afeta todas a estrutura de Gestão Financeira. O projeto possui software contábil que precisa de uma atualização; O Manual de Gestão Financeira precisa ser revisado. O orçamento e recursos financeiros estão disponíveis. Auditoria não foi contactada.

<sup>2</sup> Se trata de un resumen del Apêndice 2.



## Adjunto 2 – Evaluación de la gestión financiera durante la supervisión

### Avaliação da Gestão Financeira durante a supervisão – Questionário de orientação

<b>País:</b> BRASIL	<b>Número do empréstimo:</b> I-2000000436 T-2000000437
<b>Nome do Projeto:</b> Projeto Dom Helder Câmara II	
<b>Organismo de execução:</b> MDA/SDT	<b>GPP:</b> Paolo Silveri
Especialista em Gestão Financeira encarregado do exame: Danilo Pisani	Data do exame: 05 dez 2016

Tema		Qualificação do Risco E/M/B	Questões/ Observações/ Recomendações
<b>A. Riscos inerentes</b>			
<b>B. Riscos controláveis</b>			
<b>1. Organização e dotação de pessoal</b>			
a.	Adequação da estrutura orgânica para satisfazer as necessidades funcionais do projeto	E	Pessoal nomeado insuficiente. Falta contratar toda equipe UGP
b.	Existência de descrições claras dos postos de trabalho dos cargos chave do Projeto, incluindo os fiduciários	M	Atualização MOP/MGF
c.	Adequação do pessoal encarregado da gestão financeira do Projeto (quantidade e competências), conforme as necessidades funcionais do Projeto	E	Apenas 2 profissionais
d.	Existência e adequação de manuais e diretrizes de atuação destinados ao pessoal	B	
e.	Existência de um sistema de avaliação baseado no desempenho e realização pontual da avaliação do desempenho de todo o pessoal	M	Foi solicitado incluir no MGF
f.	Adequação da cobertura do seguro médico de todo o pessoal (se procede)	B	Sistema Governamental único de Saúde
g.	Pagamento pontual das contribuições a seguridade social (se procede)	B	
h.	Pessoal corretamente informado da política nacional e do FIDA acerca da anticorrupção e quem contatar a este respeito	B	
<b>2 – Planejamento</b>			
a.	Preparação e aprovação pontuais do plano operativo anual (POA)	E	Falta de Pessoal
b.	Concordância do POA com as categorias de gastos do Apêndice 2 do contrato de financiamento	M	Desatualizado
c.	Se são identificadas as fontes de financiamento e os organismos de execução de cada categoria do POA	M	Desatualizado
d.	Se são identificadas as vinculações entre o POA e o plano de aquisições e contratações (no tocante ao cálculo dos custos e atividades). Há controle com a estimativa de custos realizada previamente e assim como com os artigos de valor elevado	M	Desatualizado
<b>3. Fluxo de Fundos e disposições sobre desembolsos</b>			
a.	Pontualidade no desembolso dos fundos pelas diversas fontes (e do recursos de cofinanciadores, se procede)	B	Não utilizado

b.	Pontualidade no desembolso dos fundos de contrapartida	M	Situação macroeconômica do País pode afetar
c.	Eficiência dos canais de financiamento. Pontualidade e rastreabilidade dos fluxos de fundos	B	
d.	Eficiência dos canais de financiamento das linhas de crédito. Pontualidade e rastreabilidade dos fluxos de fundos, se procede	N/A	
e.	Gestão da(s) conta(s) operativa(s), conta(s) designada(s), desembolsos		
i)	Adequação da alocação autorizada para assegurar a fluidez do fluxo de fundos	M	Procedimentos novos no âmbito do Governo Federal
ii)	Correção dos métodos empregados para fazer os desembolsos	B	
iii)	Adequação do respaldo documental das declarações de gastos, reembolsos, pagamentos diretos e compromissos especiais.	B	
iv)	Preparação pontual e exatidão dos Pedidos de Saque	B	
v)	Autorização dos Pedidos de Saque	B	
vi)	Situação dos fundos retirados da conta designada para cobrir gastos cuja reposição ainda não foi solicitado (senhalação de casos antigos)	B	
vii)	Regularidade do monitoramento da(s) conta(s) designada(s)/operativa(s) e as conciliações mensais assinadas pelo gerente financeiro/projeto. Examina-se e avaliam-se as conciliações.	M	sem conciliações mensais CD. Apenas C Operativa
viii)	Comparação do desembolsado com o POA e análise se a taxa de desembolso é satisfatória tendo em conta o tempo de execução restante. Formular observações, se procede	E	Execução do POA baixa (20%)
ix)	Recuperação dos saldos da(s) conta(s) designada(s) dentro do fechamento do empréstimo	N/A	
<b>4. Controles Internos</b>			
a.	Segregação de funções. Estão em diferentes unidades ou em pessoas distintas as seguintes responsabilidades operativas: i) a autorização de uma transação; ii) a execução de uma transação; iii) o registro da transação, e iv) a custódia dos bens objeto da transação	E	Apenas 2 postos detém os poderes para estas transações
b.	A clareza e a adequação dos processos de decisão e a sequência de eventos das funções permite controle na execução do Projeto e reflete-se no manual financeiro (ou seu equivalente)	M	Necessita atualizar
c.	Observância do manual financeiro	M	Necessita atualizar
d.	Eficácia e eficiência dos controles internos das entradas de fundos não procedentes do FIDA	B	
e.	Adequação da gestão dos contratos (manutenção de registro de contratos e de formulário de acompanhamento) e de seu arquivo	B	
f.	Eficácia e eficiência dos controles internos dos gastos (ciclo completo: compromisso, pagamento, recepção de bens e serviços, aprovação de pagamanetos, qualificação, etc.)	B	
g.	Documentos justificativos que confirmem a entrega e aceitação dos bens, obras ou serviços contratados	B	
h.	Controles físicos do dinheiro em caixa, documentos e registros. Adequação dos sistemas de arquivo. Se efetuam conciliações	N/A	

	mensais da caixa pequeno (suprimento de fundos) e arquivos sorpresivos? Custódia do Caixa pequeno e controle das recursos		
i.	Adequação da gestão eficaz do material (gestão patrimonial)	B	
j.	Pagamento pontual aos provedores e consultores	B	
k.	Legitimidade dos gastos com respeito aos convenios de financiamento	M	Sem revisão prévia de Chamadas
l.	Legalidade/legitimidade dos adiantamento de fundos do Projeto e justificação pontual de sua utilização	B	
m.	Cumprimento das Cláusulas sobre gestão financeira do Contrato de Financiamento e da Carta ao Mutuário	M	Equipe e POA
n.	Adequação da manutenção de registros atualizados dos ativos fixos com os existentes.	B	Sem ativos
o.	Adequação dos controles dos ativos do Projeto, com inclusão de: i) gestão dos veículos e de outros ativos (estão devidamente etiquetados o marcados os ativos, se efetuam regularmente um inventário físico das existências?); ii) gestão de combustíveis (os motoristas possuem um caderno de registro?), e iii) as autorizações de viagens (incluídos as diárias pagas ao pessoal)	B	
p.	Adequação do seguro dos veículos e os ativos (asseguráveis)	E	Não previsão de recursos
q.	Oficinas/ seminários: i) disponibilidade e a lista dos participantes; ii) diárias pagas aos participantes, e iii) recibos dos gastos das oficinas/ seminários	N/A	
r.	Adequação dos controles e do processo de autorização para o emprego dos fundos (pagamentos, transferências, gestão do caixa/saldo bancário) e outras contas operacionais – conta não designada	B	
s.	Arranjos e controles bancários (conciliação dos extratos bancários com as contas financeiras)	M	UGP não solicita mensalmente extratos
t.	Existência de uma unidade de apoio adequada de tecnologia da informação	M	Falta contratar
<b>5. Contabilidade</b>			
a.	Regime da contabilidade (caixa, competência) e controle sobre se as normas contábeis estão em consonância com os requisitos do FIDA (por exemplo, NIIF/IPSAS 1, apresentação de demonstrativos financeiros/IPSAS 2 demonstrativo de fluxo).	B	Caixa
b.	Adequação e confiabilidade do sistema contábil (Se emprega a contabilidade por partida dobrada?; especificar o software que se utiliza. Se registram os dados orçamentários no sistema contábil? Pode produzir os relatórios financeiros periódicos de forma automática com o software?)	M	Sistema governamental confiável. Sistema completo, montar necessita atualização
c.	Manutenção de registros (com inclusão da documentação e do arquivo)	B	
d.	Manutenção e conciliação do registro dos ativos fixos (controle físico e por amostragem)	B	Inventários anuais e sistema de controle patrimonial

d.	Documentação e controles adequados dos sistemas de informação, com inclusão dos procedimentos contábeis documentados, a segurança na replicação dos registros financeiros e a integração de todos os subsistemas	M	Não contabiliza gastos de contrapartida que não são em cash
e.	Adequação do plano de contas a efeitos da contabilidade do Projeto	B	
f.	Pontualidade no registro das transações, regularidade da realização e aprovação das conciliações, controles de registros errados	B	
g.	Contabilização correta das contribuições de fundos de contrapartida (como impostos e isenções fiscais), assim como daquelas dos beneficiários, e apropriada apresentação de relatórios a respeito.	B	
<b>6. Apresentação de relatórios financeiros e acompanhamento</b>			
a.	Exaustividade, exatidão, utilidade e pontualidade dos relatórios financeiros	M	entregues com atraso
b.	Relatórios periódicos da gestão financeira e sua vinculação com os relatórios de progresso do Projeto - preparação e apresentação ao FIDA nos tempos oportunos	M	entregues com atraso
c.	Preparação de relatórios que mostrem os ingressos e gastos reais e orçados e a taxa de execução do POA	E	Não realizam
d.	Acompanhamento das recomendações sobre questões fiduciárias de ajudas memorias anteriores	N/A	
e.	Alinhamento razoável entre a taxa de desembolso das categorias de gastos recorrentes frente aos gastos dos investimentos	E	Muito atrasado
<b>7. Auditoria Interna</b>			
a.	Existência de disposições sobre auditoria interna	M	Estrutura ainda incipiente – Falta MGF
b.	Adequação das disposições sobre auditoria interna (organização - capacidade do pessoal)	M	Falta contratação do pessoal
c.	Adequação do escopo do trabalho e da qualidade dos relatórios de auditoria interna	M	
d.	Avaliação das questões dispostas nos relatórios de auditoria	M	
<b>8. Auditoria Externa</b>			
a.	Adequação do escopo e do trabalho	M	1ª auditoria externa somente em 2017 Falta No aoTDR
b.	Cumprimento dos trabalhos	M	A ser reaaliza pela CGU (Audit Supreme)
c.	Pontualidade do relatório de auditoria	N/A	
d.	Qualidade da Auditoria	N/A	
e.	Implementação das recomendações de auditoria/e plano de ação acordado para fazê-lo	N/A	